



/SINDIPETROLP  
CURTA NOSSA FANPAGE



/SINDIPETROLP  
ASSISTA NOSSOS VÍDEOS



/SINDIPETROLP  
SIGA NOSSO INSTAGRAM



13. 99137.8145  
FALE CONOSCO

# O PETROLEIRO

61  
anos

Em defesa do Brasil  
e da Petrobras

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

**NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO!**

SINDICALIZE-SE EM NOSSO SITE [SINDIPETROLP.ORG.BR](http://SINDIPETROLP.ORG.BR) OU APLICATIVO SINDIPETROLP

EDIÇÃO 127 AGOSTO DE 2020

## Sem prorrogação do ACT, categoria se prepara para mobilizações!

*Motivos não nos faltam para mobilizações: venda de ativos; transferência compulsória de profissionais lotados em nossas bases para outras regiões e representações sindicais; ataque à AMS; Petros; retirada de direitos; demissões de terceirizados; punições por participação em greve; rebaixamento de salários; sucateamento; leilões de plataformas, terminais e uma lista longa de prejuízos que não recaem somente ao trabalhador petroleiro, mas a soberania nacional e econômica do país. **Leia mais na página 4***

**No próximo dia 30 de agosto completamos três meses sem o companheiro Antônio Carcavalli. O petroleiro, lotado na RPBC, foi um dos primeiros casos de morte por coronavírus no Sistema Petrobrás. Desde então, a categoria petroleira já contabilizou um total de 19 óbitos. A alta cúpula da empresa segue negligenciando a vida da força de trabalho e perpetuando a cartilha do atual governo de que a Covid-19 é apenas uma "gripezinha". O lucro não pode estar acima das vidas! Carcavalli, presente!**

Categoria acumula perdas no ACT

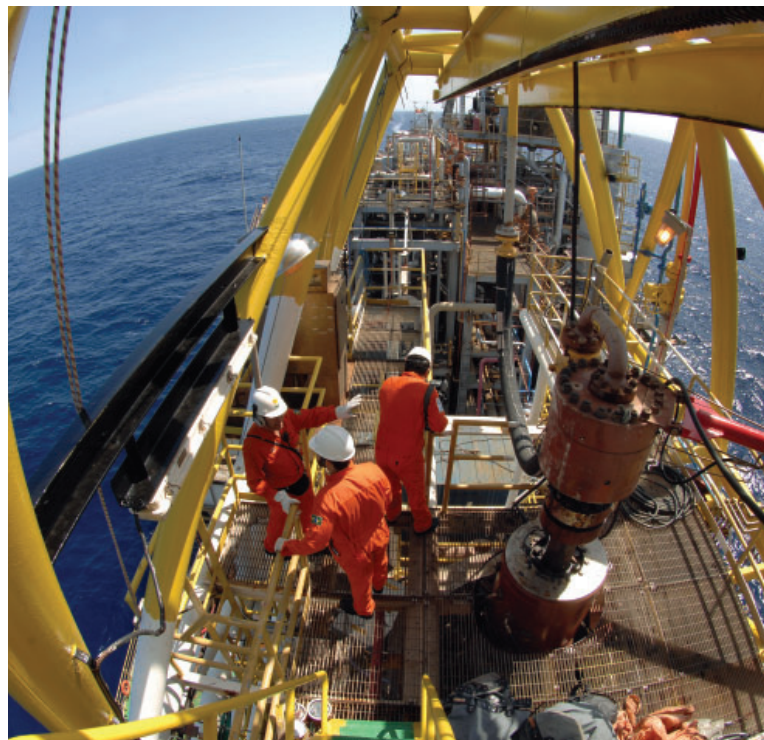
# Em 1 ano governo Bolsonaro tirou mais do petroleiro do que em 5 anos de ataques

**E**ntramos em um período conturbado do país e do mundo em que poucas alternativas restam para evitarmos a retirada de direitos, que não prorrogar o Acordo Coletivo. Se por um lado tivemos êxito em dialogar com os trabalhadores na porta da fábrica para aprovar a pauta da FNP de prorrogar o ACT por mais um ano, a pandemia nos impede de alcançar toda a categoria, pois parte significativa está em regime de teletrabalho, outros estão afastados por serem do grupo de risco e mobilizar os aposentados e pensionistas é praticamente impossível, tamanho o risco para todos.

São muitos os problemas a se pensar, que aprovar qualquer proposta diferente da prorrogação do acordo coletivo seria uma afronta aos demais companheiros que não podem se manifestar e que seriam seriamente impactados.

Enquanto o Sindicato está pensando em preservar a saúde dos trabalhadores e propondo para a empresa focar na retomada da produção para o pós crise do petróleo e pandemia, a gestão entreguista no comando da Petrobrás está decidida em aumentar a retirada de direitos contidos no ACT, pois para eles o único destino realizável é vender a empresa, e a pedra no sapato deles ainda é o Acordo Coletivo.

Nos últimos cinco anos acumulamos grandes perdas de direitos durante as negociações



de acordo coletivo que já refletem na redução de poder econômico dos petroleiros, enquanto diretores executivos, gerentes e demais cargos de confiança dividem os lucros da venda de ativos como a BR Distribuidora, Supape, Fafens e NTS. Os resultados dessas vendas começam a gerar prejuízos para a empresa e gerar lucro para os compradores, o que escancara as intenções por trás do discurso de fortalecer a Petrobrás.

Apesar dos resultados negativos para a Petrobrás e a desfaçatez em vender como subsidiária ativos estratégicos para a empresa e para o país, o governo Bolsonaro conta para ainda este ano com a venda de refinarias, plataformas e malhas de gasodutos. Essas vendas serão exitosas se abrimos mãos de nossos direitos e aceitarmos qualquer outra

proposta que não seja a prorrogação do ACT. Os companheiros da BR Distribuidora duvidaram de sua força e aceitaram propostas rebaixadas e do dia para a noite viram a empresa, filé da companhia, ser vendida a preço de banana podre.

Somos uma categoria das mais importantes para o país, da maior empresa brasileira, e uma das 10 maiores do mundo. Não paramos durante toda pandemia, pelo contrário, vimos a política liberal do ministro Paulo Guedes desmoronar diante da necessidade de aumentar a produção da Petrobrás, pois os importadores de combustíveis, aclamados como fundamentais para baixar o preço dos derivados de petróleo, pararam de importar, temendo o encalhe dos produtos devido a redução mundial da produção industrial.

**Analise as perdas dentro e fora do ACT dos últimos anos e coloque no papel se é possível suportar mais retirada de direitos. Observe que os maiores ataques foram já no governo Bolsonaro, que não vai parar por aí se recuarmos:**

**01- Fim de novas inscrições para o programa Jovem Universitário – ACT 2019;**

**02 - O Auxílio almoço, que era verba salarial, foi transformado em Vale Refeição e deixou de ter reflexos no salário, pois virou indenização. – ACT 2017/2019;**

**03 - Diminuição de benefícios da gratificação de férias (2/3 passam a entrar como abono, sem reflexo na conta do FGTS, INSS etc, pois virou indenização) - ACT 2019;**

**04 - A partir de 2017 a empresa deixou de dar aumento real, reajustando os salários e benefícios pelo menor índice de inflação (IPCA). Em 2019 o ataque foi ainda pior, com reajuste abaixo da inflação, 2,3% (70% do INPC);**

**05 - A promoção automática de nível médio foi retirada do Acordo Coletivo;**

**06 - Redução da jornada com redução salarial para trabalhadores do regime administrativo - ACT 2019;**

**07 - A empresa criou banco de horas para toda categorial - ACT 2019;**

**08 - Feriado turno caiu de 100 para 50% no Acordo Coletivo assinado em 2019;**

**09 - Hora Extra Troca de Turno (HETT) caiu de 100 para 75% em 2019;**

**10 - A HETT deixou de calcular a média mensal e passou a ser pago o tempo efetivamente realizado, o que incentivou instalação de ponto eletrônico nas casas de controle - ACT 2019;**

**11 - Criou cláusula para dispensa sem justa causa – ACT 2019;**

**12 - Reduziu a vigência do ACT de 2 para um ano;**

**13 - Criou o PCR para eliminar o PCAC - fora do ACT;**

**14 - Benefício Farmácia: foram criados vários filtros para restringir acesso a remédios e diminuir custos da empresa;**

**15 - A AMS passou a ter reajuste por índice próprio de saúde, enquanto o salário é reajustado abaixo do menor índice possível;**



Enquanto a gente perde, eles ganham

## Castello Branco retira do chão de fábrica e gratifica executivos e pelegos entreguistas

O projeto de transferência de riquezas para os gestores da Petrobrás não foi inibido pela pandemia. Aos trabalhadores foi apresentado um plano de resiliência que previa redução de 25% nos salários e diminuição da jornada diária do regime administrativo de 8 horas para 6 horas. Para os trabalhadores em regime de confinamento, que trabalham embarcados nas plataformas de petróleo e gás, a jornada passou de 14 por 21 para 21 por 21. Além dos 21 dias, atualmente os embarcados terão que ficar mais 3 dias em hotel, aguardando resultado do teste para Covid-19. A escala, na prática, ficará 24 x 18, podendo chegar a 26 x 16, devido à pouca disponibilidade de voos comerciais. A justificativa da empresa para as medidas seria reflexo da sequência de quedas

no preço do petróleo, devido à pandemia do novo coronavírus e aos conflitos geopolíticos envolvendo países como Rússia e Arábia Saudita. No entanto, trata-se de uma medida de ocasião, feita sob encomenda para aprofundar os ataques à categoria.

Basta lembrar que a decisão foi apresentada poucos dias após o comando bolsonarista, que hoje conduz a companhia, anunciar aumento de 26,6% para a gestão executiva.

Na prática, o valor que deverá ser gasto com os executivos da gestão Castello Branco deverá chegar a mais de R\$ 43 milhões de reais, e tem como referência o período de abril de 2020 e março de 2021. A média salarial desses executivos é de R\$ 120 mil. Com o bônus, a média a ser paga seria de R\$ 1,5 milhão, por ano. Isso

significa mais que dobrar a renda mensal de cada um.

Durante a apresentação da medida de resiliência, cuja reunião teve o único objetivo de oficialar a decisão de Castello Branco, sem espaço para construir com a categoria uma solução menos prejudicial para a empresa os trabalhadores, a FNP apontou algumas alternativas, duas delas: reduzir os trabalhadores comissionados, contratados para destruir a empresa com renda mensal de até R\$ 40 mil mensais, e cancelar o bônus-pelego (PPP), garantindo o pagamento da PLR 2019 com isonomia.

De um lado, a direção da empresa exige mais sacrifícios ao seu maior ativo, a força de trabalho, e de outro lado é generosa com aqueles que assumiram funções gratificadas para aplicar o desmonte de direitos da categoria

e a destruição da Petrobrás.

Temos uma verdade posta: ou barramos os ataques aos nossos direitos, ou perderemos mais do que anos de lutas e conquistas, deixaremos a Petrobrás ser esfatiada, reduzida a uma empresa cabide de emprego dos amigos do governo federal, com sede exclusivamente no Rio de Janeiro. Mesmo menor, a empresa terá força política capaz de gerar caixa suficiente para eleger qualquer plano de poder que queira se estabelecer.

Fica a provocação: deixaremos que o governo Bolsonaro destrua a empresa, que Castello Branco presenteie seus parceiros dando ativos valiosos a preço de um ano de seu lucro e que os petroleiros percam sua importância como categoria sem nos mobilizar?

Basta de perdas!

### Confira a pauta de reivindicação da FNP

#### - PRORROGAÇÃO DO ACT POR UM ANO OU ENQUANTO DURAR A PANDEMIA

#### 1 - RETOMADA DOS DIREITOS DO ACT 2015

- Antecipação de 50% do 13º no mês de fevereiro;
- Gratificação de férias com reflexos;
- HE 100%;
- Fim do banco de horas operacional;
- HETT paga conforme tabela vigente até 2019;
- Extra turno feriado mantido para todos os feriados previstos;
- Opção do pagamento do auxílio almoço diretamente no contracheque;
- Reposição salarial pelo maior índice entre (IPCA/INPC/IGP) - entre 1º de setembro de 2019 e 31 de agosto de 2020;
- Reposição salarial de perdas do período anterior pelo maior índice entre (IPCA/INPC/IGP) - anteriores a 31 de agosto de 2019;

#### 2 - REAJUSTE DA INFLAÇÃO RETROATIVO A DATA BASE;

#### 3 - REGRAMENTO DO TELETRABALHO NO ACT.

#### 4 - DA AMS

- Manutenção da relação no custeio de 70x30;
- Reajuste das contribuições apenas pelo índice da inflação do período.

## Vamos à luta!

# Sem prorrogação do ACT, categoria se prepara para mobilizações!

Após o dia 31 de agosto estaremos descobertos do Acordo Coletivo de Trabalho. A partir de então, teremos que contar com a boa fé negocial da empresa para garantir nossos direitos até que cheguemos a um acordo com relação ao nosso ACT.

A categoria petroleira representada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) decidiu nas assembleias, em quase todas por unanimidade, que neste ano não deve haver outra pauta de Acordo Coletivo que não a prorrogação por mais um ano do ACT vigente (veja a pauta completa na página 03). Em resposta à pauta da categoria, a empresa enviou em ofício que “não trabalha com a perspectiva de prorrogação do atual acordo”. A empresa cobra ainda

resposta sobre suas propostas ao ACT, se esquecendo que o Sindicato representa os interesses dos trabalhadores, que decidiram pela prorrogação do Acordo Coletivo, do contrário, faremos mobilizações!

Temos muitos motivos para que nossa reivindicação seja aceita pela Petrobrás, mas o mais evidente é a impossibilidade de reunir toda categoria para debater sobre uma proposta mais ampla, que acarreta mudanças de cláusulas, pois faltaria a participação de parte significativa dos petroleiros, que ficaria de fora dos debates por serem dos grupos de risco, por estarem em teletrabalho, além dos aposentados e pensionistas.

No entanto, como parte de um governo negacionista, a gestão no comando da Petrobrás ignora

as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde, pois sabemos que o que motiva Castello Branco e Claudio Costa é a retirada de direitos para aprofundar a privatização - e nossas unidades não estão descartadas do “saldão bolsonarista”.

Motivos não nos faltam para mobilização: venda de ativos; transferência compulsória de profissionais lotados em nossas bases para outras regiões e representações sindicais; ataque à AMS; Petros; retirada de direitos; demissões de terceirizados; punições por participação em greve; rebaixamento de salários; sucateamento; leilões de plataformas, terminais e uma lista longa de prejuízos que não recaem somente ao trabalhador petroleiro,



mas a soberania nacional e econômica do país.

Se por um lado, a negociação está prejudicada pela pandemia, por outro, as mobilizações cumprirão seu papel de reivindicar um pleito justo, sem que os trabalhadores se exponham ao vírus.

Para que as mobilizações sejam vitoriosas, a categoria deverá apoiar a decisão da maioria, que será consultada em assembleias que ocorrerão nas trocas de turno, nas unidades operacionais, como as que decidiram pela prorrogação do ACT. Vamos construir

juntos uma grande mobilização, com participação nas redes sociais, convencendo os colegas que temem um embate com a empresa, mostrando engajamento mesmo afastados fisicamente.

Temos exemplos de vitórias em mobilizações organizadas em meio a pandemia, como no caso dos metroviários de São Paulo. Somos uma categoria forte, seguiremos produzindo, arriscando nossas vidas para abastecer o mercado e manter os serviços essenciais na ativa.

Basta de perdas!

## Metroviários e correios provam que lutar vale a pena

A classe trabalhadora vem sendo castigada através de sucessivos ataques a direitos garantidos por lei. Prova disso, é a generalização da precariedade nas relações e condições de trabalho orquestrada pelo atual governo que aproveitou a pandemia para instaurar a Medida Provisória 927/20. A MP caducou, mas deixou grandes marcas para os trabalhadores já que muitos tiveram salários reduzidos ou perderam seus postos de trabalho. A reboque disso, os sindicatos também estão na mira da dupla Paulo Guedes e Jair Bolsonaro que tentou fazer uso da MP 873 para impedir o desconto da contribuição sindical em folha de pagamento. O que acabou não dando em

nada porque a medida também “caiu por terra”, mas que nem por isso, acalmou a sanha em acabar com qualquer entidade que seja foco de resistência ao governo.

Em meio a esse cenário de terror a classe trabalhadora tem demonstrado que tem força e que está disposta a lutar para tentar barrar novas investidas orquestradas por empresários que rezam a mesma cartilha fascista do atual Presidente da República.

Os metroviários de São Paulo se tornaram referência no último mês de julho por deflagrarem greve, por tempo indeterminado, após a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô-SP) anunciar redução de 10% na folha de pa-

gamento. No mês de abril a empresa já havia promovido cortes em direitos trabalhistas, como por exemplo, redução da hora extra de 100% para 50%, redução do adicional noturno de 50% para 20%, fim do auxílio-transporte da complementação salarial, entre outros direitos. Os gestores da companhia também se negavam a prorrogar o Acordo Coletivo da categoria. No decorrer desse período, o Sindicato dos Metroviários tentou negociar com o Metrô e o Governo do Estado, mas foi em vão.

Com a aprovação da greve os gestores do Metrô recuaram e além da suspensão no corte de salários, foi garantida a renovação de todas as cláusulas do ACT, como paga-

mento do adicional noturno, da gratificação por tempo de serviço, adicional de férias e adicional de horas extras. A categoria saiu vitoriosa provando que sem luta, não há conquista.

### Correios

No dia 17 de agosto 70% do efetivo dos correios cruzou os braços. A greve foi deflagrada contra a privatização da estatal, negligência com a saúde dos trabalhadores na pandemia e perda de direitos trabalhistas. O fim de auxílios como o que custeava a creche de funcionárias mães ou auxílio para filhos com necessidades especiais é uma das principais razões da paralisação. No total foram também retiradas 70 cláusulas com direitos como 30% do adicional de risco, vale alimentação, licença maternidade de 180 dias, auxílio creche, indenização de morte, pagamento de

adicional noturno e horas extras. Além disso, nesse mês foi feita a revogação do atual ACT que teria validade até 2021.

A situação dos trabalhadores dos correios será decidida no Superior Tribunal Federal (STF) que irá deliberar sobre manter ou não a vigência do ACT da categoria por dois anos. Após a definição, o reajuste salarial será o próximo item a entrar na pauta dos ministros. A categoria reivindica 5% de reajuste.

Essas duas categorias demonstram na prática que por mais que gestores e chefias coloquem pressão sobre os trabalhadores, as empresas estão cientes de que as propostas foram rejeitadas e que não avançando a negociação, a greve é uma ferramenta legítima e direito do trabalhador e que graças a esse movimento que encampam e encamparam no passado, todos têm ainda muitos direitos para usufruir e defender.